



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2017.

Comunicação nº 330/17- TJD/RJ

Processo 346/17

Pedido de Reconsideração

Requerente: São Gonçalo EC

Decisão

Como se verifica do disposto no art.43 do CBJD ***“os prazos correrão da intimação ou citação e serão contados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, salvo disposição em contrário”***.

O referido diploma legal prevê ainda no seu art. 46 que: ***“intimação é o ato processual pelo qual se dá ciência à pessoa natural ou jurídica dos atos e termos do processo para que faça ou deixe de fazer alguma coisa”***.

Quando o órgão judicante profere uma decisão que pode ser guerreada através de recurso, o prazo flui a partir da data na qual a parte é cientificada da decisão, devendo-se contar o prazo excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.

Na hipótese versada nestes autos, observo que a 6ª Comissão em sessão de julgamento ocorrida em 15 de agosto, uma terça-feira, onde estavam presentes o Presidente do Clube que foi ouvido a fls. 46, e o advogado que representou o clube com a concordância do próprio Presidente que no ato cancelou sua atuação profissional, proferiu a decisão objeto do recurso considerado intempestivo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Se o Presidente do São Gonçalo EC e o advogado que representava o clube naquele ato processual tomaram ciência da decisão naquele momento, indubitavelmente afirmam que foram intimados da condenação proferida pelo 6ª Comissão.

Assim, exsurge claramente dos autos que o São Gonçalo EC **foi intimado da decisão no dia 15 de agosto**, passando a fluir a partir desta data o prazo recursal, aplicando-se **para A CONTAGEM DOS TRES DIAS A REGRA GERAL PREVISTA NO ART. 43 SUPRA TRANSCRITA**, ou seja, o prazo findou na sexta-feira dia 18 de agosto.

A norma inserta no Regimento Interno deste Tribunal não colide, e nem poderia fazê-lo, com a normatização prevista em lei, senão vejamos. Prevê o art. 57 do Regimento interno desta Côrte que **“o termoinicial dos prazos recursais será o primeiro dia útil APÓS SER DADA PUBLICIDADE da decisão do órgão julgador” (sic-grifei).**

Não se confunde publicidade com publicação. Quando a 6ª Comissão julgou o fato narrado na denúncia, foi dada publicidade à mesma, **restando intimados daquela decisão todos os presentes envolvidos na lide**, não sendo necessário qualquer publicação para que se inicie o prazo recursal.

A *ratio* que determina a intimação tem por escopo a garantia do devido processo legal e seus corolários da ampla defesa e contraditório, permitindo-se às partes o exercício de seus direitos processuais em plenitude.

Na hipótese dos autos, o São Gonçalo EC foi intimado da decisão no momento em que se deu publicidade à mesma, qual seja o momento no qual foi proferido o resultado do julgamento. ALI SE DEU PUBLICIDADE AO RESULTADO DO JULGAMENTO e o prazo recursal começou a fluir observando-se a regra do art. 43 do CBJD.

A peça processual de fls. que tenta dar à palavra **publicidade** o mesmo sentido do termo **publicação**, decorre exclusivamente da competência do subscritor, que, no exercício de seu *munus* profissional



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

demonstra capacidade técnica digna de elogios, mas que não pode ser deferida por falta de amparo legal.

Despiciendo tecer maiores comentários sobre o tema, sendo uníssona a jurisprudência pátria no sentido de que o prazo recursal começa a fluir a partir da data em que as partes tem ciência da decisão guerreada. *In casu*, o dia do julgamento, 15 de agosto. Exclui-se o do início (15) e se contam os três dias, 16, 17 e 18, uma sexta-feira.

Finalmente, *ad argumentandum tantum*, vale observar ainda que a interpretação dada pelo nobre causídico ao art. 57 do Regulamento Interno deste Tribunal afronta regra básica em Direito, qual seja aquela que veda à norma regulamentar, secundária, contrariar a Lei, norma primária.

As diferenças entre lei e regulamento no Direito Brasileiro são várias, valendo mencionar somente algumas: a lei provém do Legislativo, e o decreto, do Executivo em sentido amplo; **existe a supremacia da lei sobre o regulamento, fazendo com que este não contrarie aquela**; só a lei pode inovar em caráter originário na ordem jurídica, enquanto que o regulamento não pode fazê-lo.

Como se verifica, a leitura do art. 57 não permite outra interpretação que não aquela na qual o texto referido não contraria o disposto na Lei, mas ao revés, o acompanha.

Desta forma, indefiro o pedido de fls. E mantenho a decisão sobre a intempestividade recursal.

Publique-se, Intima-se e Cumpra-se

Marcelo Jucá Barros
Presidente do TJD/RJ